

Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.

CNPJ: 29.298.774/0001-22

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração.....	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	5
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado.....	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Teresina, 28 de janeiro de 2025.

Diretoria executiva

Bruno Riga

Vago

Vago

Vago

Fabio Destefani Campos

Cargo

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretor de Compras

Diretor de Construção

Diretor de Operação e Manutenção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello

CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.**

Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

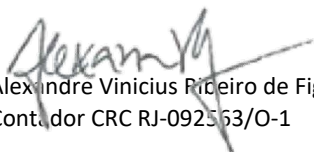
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os

eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.729	50
Títulos e valores mobiliários		6	-
Contas a receber de clientes	4	3.260	8.222
Outros tributos compensáveis		159	158
Almoxarifado	6	2.454	2.368
Adiantamento a fornecedores	7	16.726	7.854
Outros créditos	8	25.659	6.519
Total do ativo circulante		50.993	25.171
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	5	1.667	1.921
Depósitos vinculados		-	3
Imobilizado	9	337.954	327.751
Intangível	10	2.369	2.440
Total do ativo não circulante		341.990	332.115
Total do ativo		392.983	357.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	11	74.952	66.279
Empréstimos e financiamentos	12	85.868	88.528
Obrigações por arrendamentos		61	49
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.220	325
Outras obrigações fiscais		1.971	455
Encargos setoriais		31	14
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	22	16.429	11.161
Ressarcimento mercado regulado	13	4.999	8.207
Outras obrigações		4.283	-
Total do passivo circulante		192.814	175.018
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	12	61.611	55.399
Obrigações por arrendamentos		1.242	1.017
Outras obrigações fiscais		7.471	6.345
Provisão para desmantelamento	14	224	637
Redução de capital	22	144.000	144.000
Provisões para processos judiciais	15	61	54
Total do passivo não circulante		214.609	207.452
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	16	131.939	91.325
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.800
Prejuízos acumulados		(146.379)	(119.309)
Total do patrimônio líquido		(14.440)	(25.184)
Total do passivo		392.983	357.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	18	35.876	20.738
Custo	19	(43.418)	(36.185)
Prejuízo		(7.542)	(15.447)
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	19		
Despesas gerais e administrativas		(14.849)	(2.297)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(3.150)	(721)
Outras receitas operacionais		22.618	5.786
Total receitas operacionais		4.619	2.768
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(2.923)	(12.679)
<u>Resultado financeiro</u>	20		
Receitas financeiras		296	273
Despesas financeiras		(19.029)	(17.449)
Variações cambiais líquidas		(448)	5
Total do resultado financeiro		(19.181)	(17.171)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(22.104)	(29.850)
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	21		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.966)	(2.729)
Total dos tributos		(4.966)	(2.729)
Prejuízo do exercício		(27.070)	(32.579)
Prejuízo por ação em R\$ - básico e diluído	17	(0,1585)	(0,3567)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(27.070)	(32.579)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(27.070)	(32.579)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.325	-	-	(86.731)	(11.406)
Resultado abrangente total:					
Prejuízo exercício	-	-	-	(32.579)	(32.579)
Transações com os acionistas					
Aumento de capital	16.000	-	-	-	16.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.800	-	2.800
Saldo em 31 de dezembro de 2023	91.325	-	2.800	(119.309)	(25.184)
Resultado abrangente total:					
Prejuízo exercício	-	-	-	(27.070)	(27.070)
Transações com os acionistas					
Aumento de capital	86.800	(46.186)	(2.800)	-	37.814
Saldo em 31 de dezembro de 2024	178.125	(46.186)	-	(146.379)	(14.440)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(27.070)	(32.579)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	14.632	14.455
Variações cambiais da dívida	2.720	2.272
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	3.147	721
Atualização monetária de processos judiciais	7	-
Provisões para processos judiciais	-	(8)
Juros sobre obrigações de arrendamento	129	107
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11.482	10.293
Provisão para desmantelamento	66	44
Baixa de ativo imobilizado	12.043	148
Custo de transação	44	44
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	1.815	610
Outros tributos compensáveis	(1)	-
Depósitos vinculados	3	-
Almoxarifado	(86)	(1.151)
Adiantamento a fornecedores	(8.872)	(7.282)
Outros créditos	(19.140)	(5.730)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	8.673	(189)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.952	2.719
Outras obrigações fiscais	2.642	186
Encargos setoriais	17	1
Ressarcimento mercado regulado	(3.208)	(2.070)
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	5.268	4.953
Outras obrigações	4.283	-
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(1.700)	(1.307)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(124)	(79)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.057)	(2.581)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	10.665	(16.423)
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(37.003)	(31.337)
Adições para ativo intangível	(14)	(14)
Títulos e valores mobiliários	(6)	-
Cauções e depósitos	254	(207)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(36.769)	(31.558)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Aumento de capital	37.814	16.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.800
Captação de empréstimos e financiamentos	-	33.478
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(8.994)	(6.150)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(37)	(46)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	28.783	46.082
Varição no caixa líquido	2.679	(1.899)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	50	1.949
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.729	50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 20 de dezembro de 2017, com sede na cidade do Teresina, estado de Piauí, controlada pela Enel Brasil S.A., e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial solar de 46 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado da Piauí, que foi objeto da Portaria nº 161/2018-ANEEL, com contrato vigente até 14 de maio de 2053. Através do despacho ANEEL nº 929/2020 de 2 de abril de 2020 a Companhia obteve autorização para a implantar e explorar a operação Geradora Fotovoltaica (UFV).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 28 de janeiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 3 S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 3 S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026
		1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 3 S.A.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,

Nota 9 – Imobilizado,

Nota 10 – Intangível,

Nota 14 – Provisão para desmantelamento,

Nota 15 – Provisões para processos judiciais,

Nota 23 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	627	50
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	2.102	-
Total	2.729	50

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, as operações compromissadas foram remunerados em média a 80% do CDI, respectivamente (em 31 de dezembro de 2023 não houve).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 3 S.A.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 23).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos				Total	PECLD	31.12.2024
			até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		282	-	-	-	-	-	-	282
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		2.093	-	-	-	-	-	-	2.093
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		3.069	20	51	575	1.606	117	(5.438)	-
Contas a receber - partes relacionadas	22	628	-	-	-	-	257	-	885
Total		6.072	20	51	575	1.606	374	(5.438)	3.260

	Nota	A vencer	Vencidos				Total	PECLD	31.12.2023
			até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		180	-	-	-	-	209	-	389
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		1.881	1.049	147	438	1.798	438	(2.290)	3.461
Contas a receber - partes relacionadas	22	659	-	-	-	1.460	2.253	-	4.372
Total		2.720	1.049	147	438	3.258	2.900	(2.290)	8.222

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP e Ressarcimento ACR) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.570)
Provisões	(4.312)
Reversões	3.591
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.290)
Provisões	(3.843)
Reversões	696
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.438)

5. Cauções e depósitos

		31.12.2024	31.12.2023
BNB	Fundo de liquidez BNB	1.667	1.921
	Total	1.667	1.921

O saldo de R\$ 1.667, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.921 em 31 de dezembro de 2023), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste - BNB. O saldo da conta é calculado mensalmente pelo BNB e deverá ser mantido na conta até o vencimento (nota explicativa nº12).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2039, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante em 31 de dezembro de 2024.

6. Almoxarifado

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.454 (R\$ 2.368 em 31 de dezembro de 2023) referente a materiais, peças e aparatos mantidos pela Companhia para gerenciamento, manutenção e operação dos parques solares.

7. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o montante de R\$ 16.726 (R\$ 7.854 em 31 de dezembro de 2023), refere-se a adiantamento para os fornecedores para aquisição dos equipamentos que compõem o ativo imobilizado.

8. Outros créditos

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Indenização de seguros	8.1	19.625	5.670
Compartilhamento de Staff - partes relacionadas	22	6.032	848
Outros		1	1
Total		25.658	6.519

8.1 Indenização de seguros:

Refere-se a indenização por dano ocasionado nos cabos de média tensão e indenização por lucro cessante em decorrência das perdas de geração de energia pelo período de 24 meses. O valor da indenização foi aprovado pela seguradora contratada pela Companhia, com previsão de liquidar a indenização até 31 de março de 2025.

9. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de instalações técnicas/mecânicas - solar, edificações, linha de transmissão, reservatórios, barragens e adutoras, obras civis e benfeitorias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 14).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

OTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	100.871	-	-	-	(480)	(56.064)	44.327
Veículos	252	-	-	-	-	(252)	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	579	579
Reservatórios, barragens e adutoras	20.033	-	-	-	-	(20.033)	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	229.863	-	-	(14.074)	-	118.278	334.067
Linhas de transmissão	1.406	-	-	-	-	46	1.452
	352.425	-	-	(14.074)	(480)	42.554	380.425
<u>Depreciação acumulada</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(9.370)	-	(3.283)	-	-	8.521	(4.132)
Veículos	(6)	-	(33)	-	-	39	-
Móveis e utensílios	-	-	(91)	-	-	(129)	(220)
Reservatórios, barragens e adutoras	(2.085)	-	-	-	-	2.085	-
Instalações técnicas/mecânicas solar	(25.902)	-	(11.045)	1.552	-	(10.509)	(45.904)
Linhas de transmissão	(164)	-	(43)	-	-	(7)	(214)
	(37.527)	-	(14.495)	1.552	-	-	(50.470)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	1	16	-	-	-	-	17
Máquinas e equipamentos	11.852	37.467	-	-	-	(42.554)	6.765
	11.853	37.483	-	-	-	(42.554)	6.782
Total do imobilizado	326.751	37.483	(14.495)	(12.522)	(480)	-	336.737
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Terrenos	1.000	269	(52)	-	-	-	1.217
	1.000	269	(52)	-	-	-	1.217
Total	327.751	37.752	(14.547)	(12.522)	(480)	-	337.954

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou baixas de bens no montante de R\$ 12.522. A Companhia possui seguro contra danos materiais, e dessa forma será indenizada. A indenização a receber foi registrada na rubrica outros créditos – vide nota explicativa nº 8.

OTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	91.303	-	-	-	244	9.324	100.871
Veículos	-	-	-	-	-	252	252
Reservatórios, barragens e adutoras	14.395	-	-	-	-	5.638	20.033
Instalações técnicas/mecânicas solar	210.938	-	-	(164)	-	19.089	229.863
Linhas de transmissão	1.406	-	-	-	-	-	1.406
	318.042	-	-	(164)	244	34.303	352.425
<u>Depreciação acumulada</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(5.368)	-	(4.002)	-	-	-	(9.370)
Veículos	-	-	(6)	-	-	-	(6)
Reservatórios, barragens e adutoras	(897)	-	(1.188)	-	-	-	(2.085)
Instalações técnicas/mecânicas solar	(16.846)	-	(9.072)	16	-	-	(25.902)
Linhas de transmissão	(117)	-	(47)	-	-	-	(164)
	(23.228)	-	(14.315)	16	-	-	(37.527)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	508	-	-	-	(507)	1
Máquinas e equipamentos	14.820	30.828	-	-	-	(33.796)	11.852
	14.820	31.336	-	-	-	(34.303)	11.853
Total do imobilizado	309.634	31.336	(14.315)	(148)	244	-	326.751
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Terrenos	1.056	-	(56)	-	-	-	1.000
	1.056	-	(56)	-	-	-	1.000
Total	310.690	31.336	(14.371)	(148)	244	-	327.751

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos
 - ii. Softwares: 5 anos
 - iii. Sobressalentes: 20-30 anos
 - iv. Veículos: 7 anos
 - v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, são as seguintes:

Elétricos

Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,46%
Linhas de transmissão	3,46%
Instalações técnicas/mecânicas solar	3,46%

Não elétricos

Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

Os efeitos da revisão do valor residual e vida útil de cada ativo foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 01 de janeiro de 2024, e impactaram em R\$ 917 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A depreciação do exercício de 2024 no valor de R\$ 14.495, considerando-se as taxas não revisadas, seria de R\$ 15.412.

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	16,92

10. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2024	31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	2.715	(382)	2.333	2.414
Custo incremental	43	(7)	36	26
Total	2.758	(389)	2.369	2.440

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.715	-	-	2.715
Custo incremental	29	14	-	43
	2.744	14	-	2.758
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(301)	-	(82)	(383)
Custo incremental	(3)	-	(3)	(6)
	(304)	-	(85)	(389)
Total	2.440	14	(85)	2.369

	31.12.2022	Adições	Amortização	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	2.715	-	-	2.715
Custo incremental	15	14	-	29
	2.730	14	-	2.744
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(219)	-	(82)	(301)
Custo incremental	(1)	-	(2)	(3)
	(220)	-	(84)	(304)
Total	2.510	14	(84)	2.440

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	Nota	%
Direito de uso da concessão		2,78%
Custo incremental		10,08%

11. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		289	120
Compra de energia - partes relacionadas	22	517	576
Encargo de uso da rede		338	314
Encargo de uso da rede - partes relacionadas	22	-	4
		1.144	1.014
Materiais e serviços		27.482	19.219
Materiais e serviços - partes relacionadas	22	46.326	46.046
		73.808	65.265
Total		74.952	66.279

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

12.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante			31.12.2024 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante		31.12.2023 Total circulante + não circulante	
	Nota	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos		Total	Principal	Encargos	Total	Principal		Total
<u>Moeda nacional</u>														
Banco do Nordeste S.A.		3.840	32	3.872	51.758	-	51.758	55.630	3.596	34	3.630	55.399	55.399	59.029
		3.840	32	3.872	51.758	-	51.758	55.630	3.596	34	3.630	55.399	55.399	59.029
<u>Moeda nacional - partes relacionadas</u> 23														
Enel Brasil S.A.		62.924	19.072	81.996	7.440	2.413	9.853	91.849	73.197	11.701	84.898	-	-	84.898
		62.924	19.072	81.996	7.440	2.413	9.853	91.849	73.197	11.701	84.898	-	-	84.898
Total		66.764	19.104	85.868	59.198	2.413	61.611	147.479	76.793	11.735	88.528	55.399	55.399	143.927

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.700	59.597	105.297
Captações	33.478	-	33.478
Encargos provisionados	10.293	-	10.293
Encargos pagos	(1.307)	-	(1.307)
Variação monetária	2.272	-	2.272
Transferências	4.198	(4.198)	-
Pagamentos / amortizações	(6.150)	-	(6.150)
Amortização custos de transação	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.528	55.399	143.927
Encargos provisionados	11.482	-	11.482
Encargos pagos	(1.700)	-	(1.700)
Variação monetária	2.720	-	2.720
Transferências	(6.212)	6.212	-
Pagamentos / amortizações	(8.994)	-	(8.994)
Amortização custos de transação	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2024	85.868	61.611	147.479

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mutuo II EGP - São Gonçalo 3	540	17/01/22	17/12/24	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo III EGP - São Gonçalo 3	153	27/01/22	27/12/24	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo VIII EGP - São Gonçalo 3	611	25/04/22	25/04/24	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo IX EGP - São Gonçalo 3	1.019	05/05/22	05/05/24	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XII EGP - São Gonçalo 3	510	05/07/22	05/07/24	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Banco do Nordeste S.A.	67.708	11/05/20	15/12/39	IPCA + 1,45%	Mensalmente	Mensalmente	CAPEX	Sim
Mutuo I EGP - São Gonçalo 3	840	15/10/21	03/03/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo IV EGP - São Gonçalo 3	1.019	31/01/22	29/12/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo V EGP - São Gonçalo 3	5.096	15/02/22	17/02/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo VI EGP - São Gonçalo 3	3.057	07/03/22	07/03/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo VII EGP - São Gonçalo 3	510	05/04/22	04/04/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo X EGP - São Gonçalo 3	2.038	16/05/22	16/05/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XI EGP - São Gonçalo 3	1.529	25/05/22	26/05/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XIII EGP - São Gonçalo 3	2.446	25/07/22	25/07/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XIV EGP - São Gonçalo 3	3.159	05/08/22	03/08/29	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XV EGP - São Gonçalo 3	2.242	25/08/22	24/08/29	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XVI EGP - São Gonçalo 3	2.596	15/09/22	16/09/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XVII EGP - São Gonçalo 3	3.363	07/11/22	07/11/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XVIII EGP - São Gonçalo 3	5.605	29/11/22	28/11/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XIX EGP - São Gonçalo 3	1.551	05/12/22	05/12/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XX EGP - São Gonçalo 3	1.834	16/12/22	16/12/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mutuo XXI EGP - São Gonçalo 3	815	25/01/23	26/12/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXII EGP - São Gonçalo 3	1.936	14/02/23	14/02/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXIII EGP - São Gonçalo 3	3.618	15/03/23	14/03/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXIV EGP - São Gonçalo 3	2.344	10/04/23	10/04/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXV EGP - São Gonçalo 3	2.446	25/04/23	25/04/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXVI EGP - São Gonçalo 3	1.936	10/05/23	09/05/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXVII EGP - São Gonçalo 3	2.854	05/06/23	04/06/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXVIII EGP - São Gonçalo 3	1.733	15/06/23	16/06/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXIX EGP - São Gonçalo 3	3.159	14/07/23	14/07/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXX EGP - São Gonçalo 3	265	31/07/23	30/07/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXXI EGP - São Gonçalo 3	2.038	14/08/23	13/08/29	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXXII EGP - São Gonçalo 3	2.242	10/10/23	09/10/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXXIII EGP - São Gonçalo 3	2.242	16/10/23	15/10/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não
Mutuo XXXIV EGP - São Gonçalo 3	3.465	16/11/23	14/11/25	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

		2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	3.657	3.746	3.666	13.510	37.032	61.611	

Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato com o Banco do Nordeste conta com as seguintes garantias:

- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *Covenants* financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Ressarcimento mercado regulado

Em 2024, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 4.999 (R\$ 8.207 em 2023) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

14. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 14,72% (10,41% em 31 de dezembro de 2023), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- A estimativa atual dos custos é projetada para o futuro, a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A taxa de desconto é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial		637	350
Adição		-	243
Baixas		(479)	-
Atualização financeira	19	66	44
Saldo final		224	637

15. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas à decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

15.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	<u>Depósitos vinculados</u>				
	31.12.2023	Atualização monetária	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2023
Cíveis	54	7	61	-	3
Total	54	7	61	-	3

	<u>Depósitos vinculados</u>					
	31.12.2022	Reversão	Atualização monetária	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2022
Cíveis	63	(8)	(1)	54	3	3
Total	63	(8)	(1)	54	3	3

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

15.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	387	31
Cíveis	705	626
Total	1.092	657

Trabalhistas

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros.

Cíveis

A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa, bem como ações indenizatórias ajuizadas por/contra ex-fornecedores, ou ações de ressarcimento em geral, e por fim ações que envolvem temas regulatórios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social é de R\$ 129.139 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 91.325 em 31 de dezembro 2023) totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal), com a composição acionária a seguir:

		31.12.2024		31.12.2023	
	Nota	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	16	178.124.685	99,999999%	91.324.685	99,999999%
Alba Energia Ltda.	16	1	0,000001%	1	0,000001%
Total		178.124.686	100,000000%	91.324.686	100,000000%

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de julho de 2023, foi aprovado o aumento do capital da Companhia, no montante de R\$ 16.000, com a emissão de 16.000.000 ações, pela controladora Enel Brasil S.A..

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2024, foi aprovado o aumento do capital da Companhia, no montante de R\$ 86.800, com a emissão de 86.800.000 ações, pela controladora Enel Brasil S.A., sendo integralizado na mesma data o montante de R\$ 2.800 através da capitalização do saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC. Até 31 de dezembro de 2024, a controladora integralizou o montante de R\$ 37.814, ficando pendente R\$ 46.186 a ser integralizado.

16.2 Destinação do resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 27.070 (R\$ 32.579 em 31 de dezembro de 2023), que foi absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados.

17. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício		(27.070)	(32.579)
Número de ações	15	170.772.773	91.324.686
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		(0,1585)	(0,3567)

18. Receita líquida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	18.1	17.568	13.722
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	18.1 e 22	7.881	8.087
Mercado de curto prazo	18.2	46	-
Outras receitas		11.983	109
Receita operacional bruta		37.478	21.918
Deduções da receita			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(204)	(173)
COFINS		(1.149)	(828)
PIS		(249)	(179)
Total deduções da receita		(1.602)	(1.180)
Total		35.876	20.738

18.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

18.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**19. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**

	2024					
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		-	(71)	-	-	(71)
Material		(3.157)	-	-	-	(3.157)
(-) Capitalização dos custos de material		1.895	-	-	-	1.895
Serviço de terceiros		(18.323)	(488)	-	-	(18.811)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	22	-	(1.682)	-	-	(1.682)
Energia elétrica comprada para revenda		(516)	-	-	-	(516)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	22	(4.522)	-	-	-	(4.522)
Encargos do uso de rede elétrica		(3.652)	(1)	-	-	(3.653)
Aluguéis e arrendamentos		(26)	-	-	-	(26)
Seguros		(485)	-	-	-	(485)
Depreciação e amortização		(14.632)	-	-	-	(14.632)
Baixa de imobilizado		-	(12.522)	-	-	(12.522)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(3.150)	-	(3.150)
Indenização de sinistro	8	-	-	-	22.618	22.618
Outras despesas operacionais		-	(85)	-	-	(85)
Total		(43.418)	(14.849)	(3.150)	22.618	(38.799)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023				
		Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
	Nota	Custo			
Pessoal		-	(125)	-	(125)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		19	-	-	19
Material		(3.890)	474	-	(3.416)
(-) Capitalização dos custos de material		2.334	-	-	2.334
Serviço de terceiros		(13.315)	(623)	-	(13.938)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	22	-	(1.737)	-	(1.737)
Energia elétrica comprada para revenda		(624)	-	-	(624)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	22	(2.521)	-	-	(2.521)
Encargos do uso de rede elétrica		(3.466)	-	-	(3.466)
Transporte de potência de energia		90	-	-	90
Transporte de potência de energia - partes relacionadas	22	(9)	-	-	(9)
Aluguéis e arrendamentos		(36)	-	-	(36)
Seguros		(311)	-	-	(311)
Depreciação e amortização		(14.455)	-	-	(14.455)
Baixa de imobilizado		-	(148)	-	(148)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(721)	(721)
Provisões para processos judiciais		-	9	-	9
Indenização de sinistro		-	-	5.786	5.786
Outras despesas operacionais		(1)	(147)	-	(148)
Total		(36.185)	(2.297)	(721)	5.786 (33.417)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	287	258
Atualização de créditos tributários	8	-
Outras receitas financeiras	1	15
	296	273
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(44)	(44)
Encargos de dívidas	(14.202)	(15.700)
Variação monetária de processos judiciais e outros	(7)	1
Atualização de impostos e multas	(440)	(344)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(504)	(550)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(39)	(654)
Atualização financeira desmantelamento	(66)	(44)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(129)	(107)
Encargos financeiros - compartilhamento	(3.596)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(7)
	(19.029)	(17.449)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	(448)	5
	(448)	5
Total	(19.181)	(17.171)

21. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 3 S.A.

	2024	2023
Receita de suprimento de energia elétrica	26.313	21.808
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.105	1.745
Renda de aplicações financeiras	287	258
Outras receitas	11.983	5.786
Variação cambial realizada	13	65
Outras receitas financeiras	9	11
Total base de cálculo do imposto de renda	14.397	7.865
Alíquota do imposto de renda (15%)	(2.159)	(1.180)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(1.416)	(763)
Total do imposto de renda	(3.575)	(1.943)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.158	2.617
Renda de aplicações financeiras	287	258
Outras receitas	11.983	5.786
Variação cambial realizada	13	65
Outras receitas financeiras	9	11
Total base de cálculo da contribuição social	15.450	8.737
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.391)	(786)
Total	(4.966)	(2.729)

22. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

22.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Redução de capital	Até dezembro de 2026	(144.000)	(144.000)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2025	(57.729)	(51.345)	(1.682)	(1.737)
Mútuo	Novembro de 2020 a dezembro de 2039	(91.849)	(84.898)	(10.665)	(8.938)
Total		(293.578)	(280.243)	(12.347)	(10.675)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22.2 Empresas de controle comum**

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas	Receitas (despesas)
<u>Compra e venda de energia</u>					
Enel Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	111	83	3.359	5.566
		111	83	3.359	5.566
<u>Transporte de energia</u>					
Enel Cien S.A.	Até março de 2023	-	(4)	-	(9)
		-	(4)	-	(9)
<u>Suporte operacional</u>					
Enel Green Power SpA	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(2.306)	(1.950)	-	-
		(2.306)	(1.950)	-	-
<u>Compartilhamento de despesas comuns</u>					
Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	2.949	(605)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	257	257	-	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	(102)	(790)	-	-
Enel Green Power Horizonte Mp Solar S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	(2)	(71)	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	(62)	(181)	-	-
Enel Green Power Salto Apicás S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	(241)	-	-
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	(1)	-	-
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	213	213	-	-
Enel Green Power Ventos Santa Angela 02	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	(36)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 3 S.A.

Enel Green Power Fontes dos Ventos 2	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	23	23	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	102	102	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 01	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	141	141	-	-
Enel Green Power Santa Angela 14	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	(6)	(6)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo II 07	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	-	54	-	-
Enel Green Power Cumaru 02	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	13	13	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 13	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	265	265	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 22	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	6	6	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	3	(4)	-	-
Enel Power do Brasil Ltda.	Janeiro de 2022 a novembro de 2026	(231)	(230)	-	-
		3.569	649	-	-
Total		1.374	(1.222)	3.359	5.557

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 3 S.A.

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme a necessidade de capital de giro da Companhia e disponibilidade de capital da mutuante (nota explicativa nº 12).

Redução de capital: Referente a redução de capital realizada no exercício de 2022. O saldo deve ser pago para a Controladora em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2026.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

23. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

23.1 Instrumentos financeiros

23.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023			
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo		
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	2.729	2.729	50	50	
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	2	6	6	-	-	
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	3.260	3.260	8.222	8.222	
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	1.667	1.667	1.921	1.921	
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	-	-	3	3	
Total do ativo			7.662	7.662	10.196	10.196	
Passivo							
Fornecedores	Custo amortizado	2	74.952	74.952	66.279	66.279	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	147.479	117.716	143.927	119.169	
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	1.303	1.303	1.066	1.066	
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	4.999	4.999	8.207	8.207	
Total do passivo			228.733	198.970	219.479	194.721	

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 23.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

23.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

23.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



São Gonçalo 3 S.A.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.729	50
Títulos e valores mobiliários		6	-
Contas a receber de clientes	4	3.260	8.222
Depósitos vinculados		-	3
Total		5.995	8.275

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	147.479	143.927
Dívida	147.479	143.927
Caixa e equivalentes de caixa	(2.729)	(50)
Títulos e valores mobiliários	(6)	-
Dívida líquida (a)	144.744	143.877
Patrimônio líquido (b)	(14.440)	(25.184)
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	111,08%	121,22%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

Do total de dívida e obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se a mútuo e obrigações de compartilhamento de infraestrutura com a controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da Enel *Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados		557	718	3.233	16.932	39.401	60.841
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	25	-	20.709	67.913	19.380	-	108.002
Total		557	21.427	71.146	36.312	39.401	168.843

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2024	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Enel Brasil S.A.	91.849	4.261	5.848	7.391	8.891	10.352
IPCA						
Banco do Nordeste	56.293	2.244	2.947	3.642	4.329	5.009
Total	148.142	6.505	8.795	11.033	13.220	15.361

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

24. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	200.561	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

25. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

25.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Apresentados nas atividades operacionais		(1.700)	(1.307)
Total		(1.700)	(1.307)

25.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas nas notas explicativas nº 12.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	-	33.478
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	12	(8.994)	(6.150)
Pagamento de arrendamento (principal)		(37)	(46)
Total		(9.031)	27.282

26. Eventos subsequentes

Efeitos do *Curtaiment*

Em 22 de janeiro de 20, foi revogada a liminar que garantia os geradores eólicos e solares, o direito de receber os ressarcimentos relacionados aos efeitos do *Curtaiment*, medida que gerou impactos nos resultados das operações de geração de energia elétrica.

Apesar da revogação, a Companhia permanece empenhada em assegurar seus direitos. Além das ações legais em andamento para reverter a decisão, a administração está conduzindo esforços regulatórios, institucionais e técnicos com o objetivo de mitigar os impactos e buscar alternativas que reduzam os efeitos do *Curtaiment*.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informados sobre o andamento do processo. A revogação da referida liminar não afeta quaisquer montantes registrados nas presentes demonstrações financeiras.”